



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA**  
**Assessoria Técnica - SUDESB/DG/ASTEC**

**TERMO DE FOMENTO Nº. 84/26 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUDESB**  
**– SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA E A**  
**FEDERAÇÃO BAIANA DE VOLEIBOL – FBV**

A **SUDESB - SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA**, autarquia criada pela Lei Delegada nº 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis nºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.323.001/0001-19, com sede na Rua dos Rádioamadores, 159-357, Pituaçu, Salvador Bahia, CEP: 41740-090, , representada neste ato por seu Diretor Geral, **VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAIANA DE VOLEIBOL – FBV**, Inscrição municipal (CGA): 344.698/001-70, CNPJ nº 00.405.169/0001-21, situada à Rua Campomar, nº 1372, Piatã, Salvador- Ba, CEP: 41.651-130, com Estatuto arquivado no Cartório Registro Civil Pessoas Jurídicas 1º Ofício Salvador - BA, Registro/Averbação nº 45517-8, datado de 21/06/2022, por meio da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 0055/26, Processo Administrativo nº 069.1486.2026.0002166-25, neste ato representado por seu Presidente, **EDUARDO CONCEIÇÃO SOUZA**, portador do Documento de Identidade nº 00.840.650-28, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.168.255-04, residente e domiciliado na Rua Marcos Pinheiro, 69, Cond. Reserva das Ilhas, Edf. Boipeba, apt 1101, CEP: 41650-472, doravante denominada OSC CELEBRANTE, formaliza o presente Termo de Fomento, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº. 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio para realização da “**CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN**”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I, que será realizada no período de 05/06 a 18/10/2026, no município de Lauro de Freitas/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 195 (cento e noventa e cinco) dias contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei nº. 13.019/2014.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a SUDESB repassará à **FEDERAÇÃO BAIANA DE VOLEIBOL – FBV**, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$216.386,00**(duzentos e dezesseis mil e trezentos e oitenta e seis reais) de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, ANEXO I, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

**Unidade Orçamentária:** 21.301 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB.

**Unidade Gestora:** 0001 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB - Executora.

**Função:** 27 - Desporto e Lazer.

**Subfunção:** 811- Desporto de Rendimento

**Programa:** 414 - Esporte por Toda Parte

**PAOE:** 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

**Região de Planejamento:** 9900 - Estado

**Natureza da Despesa:** 335041000 - Contribuições - Entidades

**Destinação de Recurso:** 15000100000000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

**Valor da Despesa:** R\$ 216.386,00 (duzentos e dezesseis mil trezentos e oitenta e seis reais)

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva do Banco do Brasil, Agência nº 3385-5, Conta Corrente nº. 50.132-8, vinculada a este termo.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria

a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

#### **PARÁGRAFO SÉTIMO**

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

#### **PARÁGRAFO OITAVO**

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

#### **PARÁGRAFO NONO**

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO**

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO**

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO**

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

### **PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO**

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

### **PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO**

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;
- III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;
- IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

### **PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO**

Serão glosados valores relacionados a ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA AÇÃO NÃO CUMPRIDA.

AÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

### **PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO**

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

### **CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO**

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

## **PARÁGRAFO TERCEIRO**

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

I. indicação dos créditos orçamentários;

II. alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

## **PARÁGRAFO QUARTO**

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

## **PARÁGRAFO QUINTO**

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

## **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE**

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;

II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

III. manter escrituração contábil regular;

IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;

VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;

VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;

IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da

economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;

X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;

XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

XIII. não é permitida a atuação em rede para execução desta parceria.

XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;

XV. destacar a participação do Governo do Estado e do SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;

XVI. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;

XVII- caberá às Organizações apresentar os arquivos à Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) nos moldes indicados neste documento, para garantir que a documentação apresentada, especialmente no momento da prestação de contas, não ultrapasse os limites estabelecidos, evitando, assim, a impossibilidade de inserção dos anexos no sistema SEI/SUDESB.

I. Os documentos para tramitação, como ofícios, comunicações, composições, planilhas, bem como outros atos que resultarão na abertura de processos eletrônicos enviados à SUDESB, devem ser do tipo Portable Document Format (PDF) e estar íntegros e legíveis em sua totalidade;

II. Os limites dos arquivos para um único processo são:

- Média máxima de 200 KB por página;
- Máximo de 5 MB por arquivo;
- Máximo de 50 MB para o conjunto total de arquivos.

## **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB**

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;

II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no

mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;

V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;

VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;

VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;

VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Considerando a natureza do objeto da parceria, a Coordenação de Excelência Esportiva indica o analista técnico, FERNANDO DE OLIVEIRA JUNIOR, matrícula 69628468, telefone (71) 3198-0553 e o Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva Uilson José Silva de Souza, matrícula 92142459, telefone (71) 3198-0554. O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, Ivanildes Machado Vilas Boas Souza, matrícula nº. 69.605102-9, telefone (71) 3198-0526.

Existindo ainda a designação de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, conforme Portaria nº 142/2021, modificada pela Portaria nº 054/2022.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias úteis após a execução do objeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDESB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

### **CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

a) Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

### **PARÁGRAFO QUARTO**

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento

da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

#### **PARÁGRAFO SÉTIMO**

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

#### **PARÁGRAFO OITAVO**

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

#### **PARÁGRAFO NONO**

O Diretor Geral da SUDESB, aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO**

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15

(quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO**

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB, autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO**

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB, rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I. vedar a transferência de novos recursos;
- II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO**

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO**

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO**

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

#### **CLÁUSULA NONA– RECURSOS HUMANOS**

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO**

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

I. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:

a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;

b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:

a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da

data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;

b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do termo de fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

III. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA**

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

OSC:

- a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69 caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014], a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;
- b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

A SUDESB:

- a) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

#### **PARAGRAFO SEGUNDO**

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades e declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES**

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº.

13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

I. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade

II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento em 02

(duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador - BA.

**Vicente José de Lima Neto**

***Diretor - geral***

**Eduardo Conceição Souza**

***Presidente da Federação Baiana de Voleibol- FBV***

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

(nome e CPF legível)

2) \_\_\_\_\_

(nome e CPF legível)

## **PLANO DE TRABALHO**

### **A.IDENTIFICAÇÃO DA OSC:**

#### **DADOS DA OSC**

Nome da OSC: **FBV - FEDERAÇÃO BAIANA DE VOLEIBOL**

CNPJ: 00.405.169/0001-21

Data de Criação: 25/01/1995

Endereço: . Rua Campomar, n. 1372, Piatã, CEP: 41.651-130 Salvador - Bahia

Telefone: (71) 9 9413-3431

Endereço eletrônico (e-mail): [fbvoleibol@gmail.com](mailto:fbvoleibol@gmail.com)

#### **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: **EDUARDO CONCEIÇÃO SOUZA**

Endereço: Rua Marcos Pinheiro, 69 Condomínio Reserva das Ilhas Edf. Boipeba – Apto 1101 – Piatã, CEP: 41.650-472, Salvador / Bahia

Endereço eletrônico (e-mail): [voleiduda@hotmail.com](mailto:voleiduda@hotmail.com)

RG/Órgão expedidor/UF: 00.840.650-28 - SSP/BA CPF: 093.168.255-04

### **B.OBJETO DA PARCERIA.**

O Objetivo da parceria é a realização do **CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN**, vinculado ao Plano Plurianual 2024 a 2027 por meio do:

## **Programa: 414 – ESPORTE POR TODA PARTE**

**Compromisso:** 0003 – Fomentar o esporte de alto rendimento considerando as vocações territoriais

**Indicador 1:** 0001 – Número de atividades realizadas – **(04 Etapas )**

**Indicador 2:** 0002 – Número de municípios beneficiados – **04 municípios** (Lauro de Freitas, Vitória da Conquista, Salvador e Caravelas)

### **C.OBJETIVO DA PARCERIA.**

Desenvolver as categorias de base, disseminar o esporte de alto rendimento, promovendo o fortalecimento da modalidade de Voleibol de quadra e praia, através da realização do **CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN.**

### **D.DESCRICÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS**

O vôlei de praia é uma das modalidades esportivas mais praticadas e admiradas no Brasil, destacando-se não apenas pelo alto rendimento competitivo, mas também por seu relevante papel social, educacional e de promoção da saúde. Desenvolvido em ambientes abertos e de fácil acesso, o esporte se consolida como uma importante ferramenta de inclusão social, incentivando hábitos saudáveis, disciplina e integração, especialmente entre jovens e comunidades em situação de vulnerabilidade. No estado da Bahia, a prática esportiva assume caráter estratégico para o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida da população. Com um extenso litoral, clima favorável durante todo o ano e forte identidade cultural ligada ao esporte, a Bahia apresenta um cenário altamente propício para o fortalecimento do vôlei de praia. Nesse contexto, políticas públicas e iniciativas que ampliem o acesso ao esporte são fundamentais para fomentar a cidadania, reduzir desigualdades e revelar novos talentos.

A ascensão do vôlei de praia no estado está diretamente relacionada à organização de competições estruturadas, com destaque para o **Circuito Baiano de Vôlei de Praia – Categoria Open**. O circuito representa o principal calendário competitivo da modalidade na Bahia, reunindo atletas de diferentes níveis técnicos, promovendo o intercâmbio esportivo e elevando o padrão competitivo local. Além disso, contribui significativamente para a visibilidade do esporte, a formação de atletas e o fortalecimento da cadeia produtiva esportiva.

A realização do circuito conta com o importante apoio institucional da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia e do Governo do Estado da Bahia, que desempenham papel fundamental no fomento ao esporte por meio de investimentos, programas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento esportivo. Essa parceria fortalece a execução do projeto, garantindo melhores condições estruturais, ampliação do alcance social e maior impacto na formação esportiva no estado.

A **FBV- FEDERAÇÃO BAIANA DE VOLEIBOL**, como órgão que fomenta o esporte no Estado da Bahia, tem como suas principais atribuições: Incentivar, defender, regular, promover e fomentar em todo território estadual a prática do Voleibol de alto rendimento e todos os seus demais níveis, e a **SUDESB** – Superintendência de Desportos do Estado da Bahia, que é uma Autarquia vinculada a **SETRE** – (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte), que tem como objetivo o fomento do desporto, Recreação e lazer na Bahia, tendo como uma das suas ações o apoio técnico e financeiro ao esporte

amador. Através do esporte é possível a construção e/ou manutenção de uma sociedade mais equilibrada, saudável, feliz e próspera. Portanto a **FBV- FEDERAÇÃO BAIANA DE VOLEIBOL** vem solicitar através de **Convênio** para apoiar a realização do evento acima citado.

#### **AS METAS A SEREM ATINGIDAS NESSE EVENTO:**

- Incentivar a prática do Voleibol, como esporte para benefício da saúde e melhoria da qualidade de vida
- Contribuir para a revelação de novos talentos nas modalidade de voleibol de praia
- Realizar a **CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN**
- Ranquear e indicar as equipes campeãs e vice masculina e feminina para o Circuito Nacional
- Premiar as equipes campeãs, vice e terceiro lugar de cada categoria, modalidade em cada etapa

Diante dos dados apresentados, e considerando que o **Voleibol de Praia**, tem se projetado como uma das principais opções de modalidade esportiva, tanto para atletas, quanto para os entusiastas do esporte que buscam um estilo de vida mais saudável e mais ativo, com grande identificação em nosso Estado, e em consonância com a finalidade da **SUDESB**, a qual tem buscado fomentar o esporte em todo Estado da Bahia, a **FBV - FEDERAÇÃO BAIANA DE VOLEIBOL** apresenta o Projeto “**CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN**”, que atenderá o Calendário Anual da FBV contado com a participação de 240 atletas a partir 18 a 60 anos de idade, com expectativa de reunir durante toda a execução do evento 2.000 pessoas.

#### **E.DESCRICÃO DAS AÇÕES E DAS METAS**

##### **E1. AÇÕES**

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

##### **Ações**

##### **Ação 1. Promover a realização do projeto CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN.**

**Critério de Aceitação:** Contratar Serviços de Estrutura e Logística e Contratar Outros Serviços, conforme discriminados nos itens: 2.2.1 Infraestrutura; 2.2.5 e Outros Serviços, de acordo com a previsão de receitas e despesas

##### **Ação 2. Divulgação do Evento**

**Critério de Aceitação:** Confeccionar material de divulgação e identificação do Projeto, Comprar Material Promocional em conformidade com o Manual de Marcas da SUDESB, quantitativo e especificação técnica, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.2 Comunicação e 2.2.3 Material Promocional, de acordo com a previsão de receitas e despesas

##### **Ação 3. Premiação**

**Critério de Aceitação:** Confeccionar Troféus, em conformidade em conformidade com o quantitativo apresentando neste projeto, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.4 Premiação, de acordo com a previsão de receitas e despesas

#### **E.2 INDICADORES, METAS, E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Os indicadores, metas e parâmetros de avaliação de desempenho da parceria estão definidos no quadro abaixo:

| QUADRO DE INDICADORES, METAS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO           |                                                                                                                 |                                                                                    |         |                                           |                     |                                                                                                                                                                       |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Realizar o Projeto<br>“CIRCUITO BAIANO DE<br>VOLEI DE PRAIA<br>CATEGORIA OPEN. |                                                                                                                 | Indicador                                                                          | Unidade | Meio de<br>Verificação                    | Qtde/<br>und/diária | Parâmetro de<br>Avaliação de<br>Desempenho                                                                                                                            |
| <b>OBJETIVO<br/>DA<br/>PARCERIA</b>                                            | Disseminar o esporte de alto rendimento, na modalidade de Voleibol de Praia                                     | <b>Indicador 1:</b><br>Nº de atletas participantes:<br>Volei de Praia<br>30 Duplas | ATLETAS | Relação de Inscritos, relatório           | <b>240</b>          | <b>Alcance das Metas:</b><br>Maior ou igual a 80%<br>- Meta Cumprida<br>Entre 60% a 79% -<br>Meta cumprida parcialmente<br>Menor ou igual a 59%<br>- Meta descumprida |
|                                                                                |                                                                                                                 | <b>Indicador 2:</b><br>Nº de Provas/Etapas realizadas                              | ETAPAS  | Relatório Técnico                         | <b>04</b>           | <b>Alcance da Meta:</b><br>Igual a 100% - Meta Cumprida<br>Menor que 100% - Meta Descumprida                                                                          |
| <b>METAS</b>                                                                   | <b>Meta 1:</b><br>Melhoria do nível técnico dos Atletas de Voleibol do Estado da Bahia.                         | <b>Indicador 3:</b><br>Nº de atletas participantes                                 | ATLETAS | Relatórios de Análise de Desempenho       | <b>240</b>          | <b>Alcance das Metas:</b><br>Maior ou igual a 80%<br>- Meta Cumprida<br>Entre 60% a 79% -<br>Meta cumprida parcialmente<br>Menor ou igual a 59% -<br>Meta descumprida |
|                                                                                | <b>Meta 2:</b><br>Ranquear e indicar as equipes campeãs e vice masculina e feminina para o Circuito Nacional    | <b>Indicador 4:</b><br>Nº de atletas participantes                                 | EQUIPE  | Resultado Oficial                         | <b>04</b>           | <b>Alcance da Meta:</b><br>Igual a 100% - Meta Cumprida<br>Menor que 100% - Meta Descumprida                                                                          |
|                                                                                | <b>Meta 3:</b><br>Premiar as equipes campeãs, vice e terceiro lugar de cada categoria, modalidade em cada etapa | <b>Indicador 4:</b><br>Nº de EQUIPES                                               | EQUIPES | Resultado Oficial e Registro Fotográficos | <b>06</b>           | <b>Alcance das Metas:</b><br>Maior ou igual a 80%<br>- Meta Cumprida<br>Entre 60% a 79% -<br>Meta cumprida parcialmente<br>Menor ou igual a 59% -<br>Meta descumprida |

## F.FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

A FBV - Federação Baiana de Voleibol tem o intuito de fomentar o esporte, realizará a **CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN** que atenderá a modalidade de voleibol de praia, com o seguinte cronograma.

- **1ª ETAPA nos dias 05 e 06 de junho de 2026**
- **2ª ETAPA nos dias 18 e 19 de julho de 2026**
- **3ª ETAPA nos dias 12 e 13 de setembro de 2026**
- **Final do Circuito nos dias 17 e 18 de outubro de 2026**

A divisão do circuito em três etapas classificatórias e uma etapa final permite a construção de um sistema meritocrático, no qual o desempenho ao longo das competições define a classificação para a fase decisiva. As equipes campeãs serão indicadas para competição nacional representando o estado. Esse formato estimula a participação contínua, o comprometimento dos atletas e eleva o nível técnico das disputas, uma vez que apenas as duplas mais bem ranqueadas terão acesso à final.

Cada etapa contará com a participação de 30 duplas, sendo 15 no naipe masculino e 15 no feminino, promovendo equidade de gênero e garantindo equilíbrio na oferta de vagas. A pontuação acumulada ao longo das etapas será determinante para o ranking geral, que servirá como critério classificatório para a etapa final, reunindo as duplas com melhor desempenho no circuito. A distribuição dos jogos será feito através de chaveamento de grupos que está detalhada no regulamento técnico do evento. Em todas as etapas acontecerá o congresso técnico que será realizado de forma on line através da plataforma Teams dois dias antes do início de cada etapa. O início de cada etapa contará com a solenidade de abertura às 08hrs será aberto por um Os jogadores entram na quadra e são saudados com palmas e aplausos. Após isso às 09hrs os jogadores realizam um tiro de saída e os jogos começam. No final de cada etapa será realizado a solenidade de premiação das equipes participantes ficando: uma equipe campeã, uma equipe vice campeã e uma terceira colocada de cada categoria. Cada etapa contará com a participação de 30 equipes por etapa. Ao final do circuito serão indicadas as equipes campeãs para representar o estado no Circuito Nacional

A divulgação do evento será realizada nas Redes Sociais, Site da **FBV** e **Banners** personalizadas com logomarcas do Evento, Estado da Bahia, **SETRE** e da **SUDESB**. As atividades propostas pretendem atletas e equipes de Categorias de base do volei na categoria de **quadra e praia**.

## CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

| ITEM | ATIVIDADES                                                                | DATA/PERÍODO                                                                                  |
|------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1    | <b>Elaboração do Projeto</b>                                              | Abril de 2026                                                                                 |
| 2    | <b>Divulgação do Evento</b>                                               | Maio a Outubro de 2026                                                                        |
| 3    | <b>Início das Atividades</b><br>1ª Etapa<br>2ª Etapa<br>3ª Etapa<br>Final | 05 de junho de 2026<br>18 de julho de 2026<br>12 de setembro de 2026<br>17 de outubro de 2026 |

|   |                                                                                                                                                                           |                                                                                               |
|---|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4 | <b>Solenidade de Premiação</b><br>Etapa V Praia – Lauro de Freitas<br>Etapa VI Praia – Vitória da Conquista<br>Etapa VII Quadra – Salvador<br>Etapa VII Praia – Caravelas | 06 de junho de 2026<br>19 de julho de 2026<br>13 de setembro de 2026<br>18 de outubro de 2026 |
| 5 | <b>Prestação de Contas</b>                                                                                                                                                | Janeiro de 2027                                                                               |

## G. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

### Alcance das Metas:

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente

Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida

### Alcance da Meta:

Igual a 100% - Meta Cumprida

Menor que 100% - Meta Descumprida

## H. PARÂMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

**AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA**

**AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE – GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA AÇÃO NÃO CUMPRIDA.**

**AÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO**

## J. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Período de Execução:** 05 de junho à 18 de outubro de 2026

**Vigência:** 195 (cento e noventa e cinco) dias

**Prestação de Contas:** 90 dias (noventa) dias após o término da Vigência.

## K. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

| PREVISAO DE RECEITAS E DESPESAS |                               |            |            |
|---------------------------------|-------------------------------|------------|------------|
| 1.                              | Receitas                      | Mês 1      | TOTAL      |
| 1.1                             | Recursos Recebidos            | 216.386,00 | 216.386,00 |
| 1.2                             | Rendimentos Financeiros       | 0          |            |
| Total Geral de Receitas         |                               | 216.386,00 | 216.386,00 |
| 2.                              | Despesas                      | Mês 1      |            |
| 2.1                             | Despesas com Recursos Humanos |            |            |
| 2.1.1                           | Remuneração da equipe         |            |            |

|                                         |                                                                                                                         |            |                       |                  |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------------------|------------------|
| 2.1.1.1                                 | Salários                                                                                                                | 0          |                       |                  |
| 2.1.1.2                                 | Benefícios (especificar o benefício concedido, ex: plano de saúde, vale transporte, etc.)                               | 0          |                       |                  |
| <b>Subtotal (Remuneração da equipe)</b> |                                                                                                                         | <b>0</b>   |                       |                  |
| <b>2.1.2</b>                            | <b>Encargos Sociais</b>                                                                                                 |            |                       |                  |
| 2.1.2.1                                 | INSS                                                                                                                    | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.2                                 | FGTS                                                                                                                    | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.3                                 | FGTS Multa Rescisória                                                                                                   | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.4                                 | Rescisão de Trabalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros)                                                           | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.5                                 | PIS sobre a Folha de Pagamento                                                                                          | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.6                                 | 1/3 sobre Férias                                                                                                        | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.7                                 | 13 Salário                                                                                                              | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.8                                 | IRRF                                                                                                                    | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.9                                 | ISSQN                                                                                                                   | 0          |                       |                  |
| 2.1.2.10                                | Outros encargos/tributos                                                                                                | 0          |                       |                  |
| <b>Subtotal (Encargos Sociais)</b>      |                                                                                                                         | <b>0</b>   |                       |                  |
| <b>Subtotal (Recursos Humanos)</b>      |                                                                                                                         | <b>0</b>   |                       |                  |
| <b>2.2</b>                              | <b>CUSTOS DIRETOS</b>                                                                                                   |            |                       |                  |
| <b>2.2.1</b>                            | <b>INFRAESTRUTURA</b>                                                                                                   | <b>QTD</b> | <b>Valor Unitário</b> | <b>VI. Total</b> |
| 2.2.1.1                                 | ESTRUTURA BOX TRUSS MODELO Q25, TAMANHO 4 X 3 - FUNDO DE PÓDIO                                                          | 4          | 2.898,00              | 11.592,00        |
| <b>2.2.2</b>                            | <b>COMUNICAÇÃO</b>                                                                                                      |            |                       |                  |
| 2.2.2.1                                 | BANNER EM LONA FOSCA 4 X O COR, COM ILHOIS, DIMENSÕES 4 M X 3 M (FUNDO DE PÓDIO)                                        | 4          | 2.398,00              | 9.592,00         |
| 2.2.2.2                                 | BANDEIRA WIND BANNER 70X220CM, COM IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.                                                            | 32         | 250,00                | 8.000,00         |
| <b>2.2.3</b>                            | <b>MATERIAL ESPORTIVO</b>                                                                                               |            |                       |                  |
| 2.2.3.1                                 | UM PAR DE ANTENA DE VOLEIBOL PROFISSIONAL COM AS PRESILHAS DE FIXAÇÃO AJUSTÁVEL, TAM 182 X 1 LISTRADA VERMELHO E BRANCO | 24         | 400,00                | 9.600,00         |
| 2.2.3.2                                 | REDE DE VÔLEI ESPECIAL REFORÇADA MALHA 5 CM NO FIO 2.5MM COM 4 FAIXAS DE 1.8MM E COSTURA DUPLA                          | 24         | 1.500,00              | 36.000,00        |
| 2.2.3.3                                 | BOLA OFICIAL, MIKASA VÔLEI MVA BV550C OFICIAL                                                                           | 40         | 950,00                | 38.000,00        |
| <b>2.2.4</b>                            | <b>PREMIAÇÃO</b>                                                                                                        |            |                       |                  |
| 2.2.4.1                                 | MEDALHA EM METAL, CUNHADA, MEDINDO 7CM COM FITA PERSONALIZADA                                                           | 900        | 19,90                 | 17.910,00        |
| <b>2.2.5</b>                            | <b>OUTROS SERVIÇOS</b>                                                                                                  |            |                       |                  |

|                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |       |            |           |
|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------------|-----------|
| 2.2.5.1                   | SERVIÇO DE MARCAÇÃO, PREPARAÇÃO, CONDUÇÃO E LIMPEZA DO AMBIENTE TOTAL DA PROVA, COM INSTALAÇÃO DAS REDES NAS ALTURAS PRÉ DETERMINADAS. , INDICANDO TODOS OS PONTOS DE APOIO DA PROVA, PLANEJAMENTO DOS LOCAIS DAS ÁREAS DE HIDRATAÇÃO, CONFORME EXIGÊNCIAS DO REGULAMENTO DA FEDERAÇÃO.                                                                                                                         | 4     | 5.856,00   | 23.424,00 |
| 2.2.5.1                   | AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, CONFECÇÃO DE TODO MATERIAL PUBLICITÁRIO, GESTÃO DAS REDES SOCIAIS, MONTAGEM DE CARDS, MONTAGEM DE NEWSLETTERS PERIÓDICAS PARA O PÚBLICO. GESTÃO DAS MARCAS, COM PRODUÇÃO FINAL COM OS MELHORES MOMENTOS E DO FECHAMENTO DE MÍDIA, CONSOLIDANDO TODOS OS RESULTADOS E ENTREGAS PUBLICITÁRIAS DO EVENTO.                                                                                  | 4     | 4.000,00   | 16.000,00 |
| 2.2.5.3                   | SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, PARA APLICAR E FAZER CUMPRIR AS REGRAS OFICIAIS DURANTE A PARTIDA, ASSEGURANDO AS REGRAS OFICIAIS DESPORTIVAS, COORDENA A EQUIPE DE ARBITRAGEM, FISCALIZA INFRAÇÕES, CONTROLA O TEMPO E AUTORIZA SUBSTITUIÇÕES. REALIZA A INSPEÇÃO DA QUADRA E EQUIPAMENTOS ANTES DO JOGO E PREENCHE A SÚMULA OFICIAL. ATUA COM IMPARCIALIDADE, DISCIPLINA E DOMÍNIO TÉCNICO DA MODALIDADE.             | 4     | 6.000,00   | 24.000,00 |
| 2.2.5.4                   | COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA GERAL DO EVENTO: (MONTAGEM E GESTÃO DO PROJETO, PARTICIPAÇÃO DAS REUNIÕES COM TODOS OS ENVOLVIDOS NO EVENTO, DEFINIÇÃO DE ATIVIDADES E FUNÇOES, CREDENCIAMENTO DOS ATLETAS, GESTÃO DA MONTAGEM E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA CONTRATADA PRO EVENTO, DEFINIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA SUA REALIZAÇÃO, CONTROLE E GESTÃO DAS INSCRIÇÕES, CONTROLE DA ENTRADA DE PARTICIPANTES) | 4     | 5.567,00   | 22.268,00 |
| Subtotal (Custos Diretos) |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 1.044 | 216.386,00 |           |
| 2.3                       | Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |       |            |           |
| 2.3.1                     | (Especificar)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 0     |            |           |
| 2.3.2                     | (Especificar)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 0     |            |           |
| 2.3.3                     | (Especificar)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 0     |            |           |

|            |                                                                     |                   |
|------------|---------------------------------------------------------------------|-------------------|
|            | <b>Subtotal (Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes)</b> | <b>0</b>          |
| <b>2.4</b> | <b>Custos Indiretos</b>                                             |                   |
| 2.4.1      | Internet                                                            | 0                 |
| 2.4.2      | Transporte                                                          | 0                 |
| 2.4.3      | Aluguel                                                             | 0                 |
| 2.4.4      | Telefone                                                            | 0                 |
| 2.4.5      | Água                                                                | 0                 |
| 2.4.6      | Luz                                                                 | 0                 |
| 2.4.7      | Serviços contábeis                                                  | 0                 |
| 2.4.8      | Assessoria jurídica                                                 | 0                 |
| 2.4.9      | Outros (especificar)                                                | 0                 |
|            | <b>Subtotal (Custos Indiretos)</b>                                  | <b>0</b>          |
|            | <b>Total Geral de Despesas</b>                                      | <b>216.386,00</b> |

#### L. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

| Parcelas            | Responsável | Mês Previsto | Ano  | Valor                                                                              |
|---------------------|-------------|--------------|------|------------------------------------------------------------------------------------|
| 1ª parcela          | Concedente  | Junho        | 2026 | R\$116.386,00                                                                      |
| 2ª parcela          | Concedente  | Agosto       | 2026 | R\$100.000,00                                                                      |
| <b>TOTAL GLOBAL</b> |             |              |      | <b>R\$ 216.386,00 (duzentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e seis reais)</b> |

**Nota Explicativa:** Este ajuste será liberado em duas parcelas. A primeira no valor de R\$116.386,00 (cento e dezesseis mil, trezentos e oitenta e seis reais), após a publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado, a segunda no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) 60 dias após o repasse da primeira, visando à execução do projeto **CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN** no período de 05/06 a 18/10/2026.

#### L.CONTRAPARTIDA

| Especificação | Descrição detalhada de cada item | Unidade de medida | Qtd. | Vi. Unit | Vi. Total |
|---------------|----------------------------------|-------------------|------|----------|-----------|
| MATERIAL      |                                  |                   |      |          |           |
| SERVIÇOS      |                                  |                   |      |          |           |
| SERVIÇOS      |                                  |                   |      |          |           |

|  |  |  |  |              |              |
|--|--|--|--|--------------|--------------|
|  |  |  |  | <b>TOTAL</b> | <b>R\$ -</b> |
|--|--|--|--|--------------|--------------|

## N.PATROCÍNIO/ APOIO TÉCNICO LOGÍSTICO

|                                                                                                                                             |                  |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------|
| <b>Haverá cobrança de ingresso?</b>                                                                                                         | <b>SIM</b>       | <b>NÃO</b> |
|                                                                                                                                             |                  | <b>X</b>   |
| Caso haja cobrança de ingresso , kit ou qualquer tipo de taxa qual será o valor? – <b>CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN.</b> | <b>VALOR</b>     |            |
|                                                                                                                                             | <b>R\$ 00,00</b> |            |

**APOIO:** (Casa haja apoio preencher planilha abaixo)

| TIPO    | ESPECIFICAÇÃO | DESCRIÇÃO<br>DETALHADA DE<br>CADA ITEM | UNIDADE DE | QTD |
|---------|---------------|----------------------------------------|------------|-----|
|         |               |                                        | MEDIDA     |     |
| Privado | Material      |                                        |            |     |
|         |               |                                        |            |     |
| Público | Material      |                                        |            |     |
|         |               |                                        |            |     |
| Público | Serviço       |                                        |            |     |
|         |               |                                        |            |     |
|         |               |                                        |            |     |

**Nota explicativa: CIRCUITO BAIANO DE VOLEI DE PRAIA CATEGORIA OPEN , contará apenas com o apoio da SUDESB – Superintendência de Desportos do Estado da Bahia**

Salvador, BA, 18 de maio de 2026.

**EDUARDO CONCEIÇÃO SOUZA**

Presidente da Federação Baiana de Voleibol

**UILSON JOSÉ SILVA DE SOUZA**

Coordenador de Excelência Esportiva

**VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**

Diretor Geral da Sudesb



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Costa Guimarães Dantas, Procurador Chefe**, em 21/05/2026, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Conceição Souza, Usuário Externo**, em 21/05/2026, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Uilson José Silva de Souza, Coordenador**, em 21/05/2026, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Vicente José de Lima Neto, Diretor Geral**, em 01/06/2026, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00140565010** e o código CRC **8C90D087**.

---